



## PARECER EM CONJUNTO

### I - RELATÓRIO

Trata-se de análise de proposição apresentada em 08/12/2023 pelo Chefe do Executivo Municipal, Projeto de Lei Complementar 27/2023, que dispõe sobre, **DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGO, CARREIRA E VENCIMENTOS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MARATAÍZES/ES, ESTABELECE NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO, INSTITUI TABELAS DE VENCIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O Projeto ao ser analisado pelas Comissões sofreu parecer contrário, e favorável a devolução para adequação do Impacto financeiro. Foi então elaborado ofício ao Executivo Municipal na data de 19/12/2023.

Posteriormente no dia 18/06/2024 foi enviado Proposta de emenda modificativa que alterou não somente o impacto questionado, mas vários artigos do projeto conforme a própria mensagem relata "Assim, em razão das alterações consideráveis, segue novo projeto em substituição ao PLC 27/2023, para que seja juntado ao processo administrativo 1519 de 08 de dezembro de 2023 e posteriormente apreciado e aprovado dos nobres Edis.."

O Projeto então foi lido na data de 18 de junho de 2024.

É relatório.

### II - PARECER DOS RELATORES

Naquilo que tange á competência legislativa, a Lei Orgânica prevê que:

Art. 90. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

**I - servidores públicos municipais, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria, disponibilidade, benefícios, vantagens e reajuste da**

CÂMARA MUNICIPAL www.cmmarataizes.es.gov.br	CONTROLADORIA <a href="http://www.cmmarataizes.es.gov.br/controladoria">http://www.cmmarataizes.es.gov.br/controladoria</a>	PRODUÇÃO LEGISLATIVA <a href="http://www3.cmmarataizes.es.gov.br/spl/">http://www3.cmmarataizes.es.gov.br/spl/</a>
--	--	---



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 320030003200340035003A60540052004100. Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001 que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-  
Brasil.



**administração direta, autárquica e fundacional no Município, ressalvada a competência da Câmara;**

**II - criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Município, fixação e aumento de sua remuneração, observado o disposto no artigo 63, XVI desta Lei;**

III - orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;

IV - criação, estruturação, atribuições e extinção dos órgãos da administração pública direta do município;

V - fixem ou modifiquem o efetivo da Guarda Municipal;

**Art. 62.** Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para as matérias de sua competência privativa, dispor sobre todas as matérias de competência do Município especialmente:

**I - sobre assuntos de interesse local, inclusive suplemento a legislação federal e estadual, notadamente no que diz respeito:**

- a) à saúde, a assistência pública, a proteção, e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- b) à proteção dos documento, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos do Município;
- c) a impedir a evasão, destruição e descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico e cultural do Município;
- d) à abertura de meios de acesso à cultura, a educação e à ciência;
- e) à proteção do meio ambiente e ao combate à poluição;
- f) ao incentivo à indústria e ao comércio;
- g) à criação dos distritos industriais;
- h) ao fomento da criação agropecuária e à organização do abastecimento alimentar;
- i) à promoção de programas de construção de moradias, melhorando as condições habitacionais e de saneamento básico;
- j) ao combate às causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- l) ao registro, acompanhamento e fiscalização das concessões de pesquisa e exploração dos recursos hídricos e minerais em seu território;
- m) ao estabelecimento e implantação da política de educação para o trânsito;





- n) à cooperação com a União e o Estado, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar, atendidas as normas fixadas em Lei complementar federal;
- o) ao uso e armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins;

A Procuradoria se manifestou pela impossibilidade jurídica do Projeto, pois está acarretando aumento real nos salários dos servidores em período de vedação eleitoral, como também não foi computado no impacto financeiro todas as despesas decorrente do projeto.

Ante o exposto, com as razões motivadoras, atendendo aos pressupostos legais e formais, estando apta a introduzir-se no ordenamento jurídico municipal, motivo pelo qual OPINAMOS por maioria dos votos o prosseguimento da tramitação legislativa.

É o parecer em conjunto dos Presidentes-Relatores.

É o parecer do vereador **Anderson de Souza Laurindo**, Presidente Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação Final.

É o parecer do Vereador **Luiz Carlos Silva Almeida**, Presidente Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas.

É o parecer do Vereador **Dirlei Marvila dos Santos**, Presidente da Comissão de Políticas Urbanas.

### III - VOTO DAS COMISSÕES REUNIDAS

O Vereador **Erimar da Silva Lesqueves**, vice Presidente da CCJ e membro da Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas e Vice Presidente da Comissão de Transporte, contrário ao Projeto acompanhando e fundamentando sua decisão no parecer jurídico aos autos.





O Vereador **Cleverson Hernandes Maia**, Membro da CCJ e vice-presidente da Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas, vota contrário ao Projeto acompanhando e fundamentando sua decisão no parecer jurídico aos autos.

O Vereador **Gilson Pereira Motté**, Membro da Comissão de Vice Presidente Políticas Urbanas.

O Vereador **Luiz Carlos Silva Almeida**, Membro da Comissão de Saúde, saneamento e proteção ao meio ambiente.

#### IV - DECISÃO

A Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação Final e Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas e Comissão de Políticas Urbanas, opinam por maioria de seus membros pela constitucionalidade quando de sua competência e pelo normal prosseguimento legislativo, devendo ir a Plenário para discussão e votação.

  
**Anderson de Souza Laurindo**

Presidente Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação Final e Comissão de Políticas Urbanas

  
**Cleverson Hernandes Maia**

Membro da CCJ e vice-presidente da Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas

  
**Erimar da Silva Lesqueves**

Vice-Presidente Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação Final e membro da Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas e Vice Presidente da Comissão de Transporte





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**MARATAÍZES**

Av. Gov. Francisco Lacerda de Aguiar, 113  
Centro - Marataízes/ES  
CEP. 29345-000  
Fone: +55 28 3532-3413  
e-mail: [ouvidoria@cmmarataizes.es.gov.br](mailto:ouvidoria@cmmarataizes.es.gov.br)

**Luiz Carlos Silva Almeida**

Presidente Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas e Comissão de Saúde, saneamento e proteção ao meio ambiente.

**Gilson Pereira Motté**

Membro da Comissão de Vice Presidente Políticas Urbanas.

**Dirlei Marvila dos Santos**

Presidente da Comissão de Políticas Urbanas.

CÂMARA MUNICIPAL <a href="http://www.cmmarataizes.es.gov.br">www.cmmarataizes.es.gov.br</a>	CONTROLADORIA <a href="http://www.cmmarataizes.es.gov.br/controladoria">http://www.cmmarataizes.es.gov.br/controladoria</a>	PRODUÇÃO LEGISLATIVA <a href="http://www3.cmmarataizes.es.gov.br/spl/">http://www3.cmmarataizes.es.gov.br/spl/</a>
--	--	---



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 320030003200310035003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.